

A BLINDAGEM DO STF

O assunto caiu na mesa do bar como um cinzeiro pesado, daqueles antigos, de vidro grosso, que a gente vê em filme de tribunal da década de 70. Ninguém sabia direito quem o tinha dito primeiro — se foi o sujeito da esquerda indignada, o da direita ressentida ou o do centro cansado —, mas todo mundo assentiu com a cabeça, como quem reconhece um diagnóstico incômodo que não queria ouvir do médico.

Na televisão, sem som, passava mais uma sessão do plenário. Os ministros, em close, pareciam personagens de série: cada um com seu arquétipo, sua dicção, sua postura de câmera. O Brasil descobriu um jeito de transformar até voto em reality show: tem voto com suspense, voto com lacração, voto com plot twist, voto com “devolvo a palavra, Excelência” no tom de quem devolve uma provocação.

O problema não é a toga em si. Toga é só pano, como camisa de time. O problema é quando a toga esquece que foi inventada para apagar o indivíduo e encarnar a instituição — e passa a funcionar como uniforme de herói ou escudo de supervilão, dependendo do humor da torcida. Aí, em vez de Constituição, a gente discute elenco. Em vez de princípios, escalação. Em vez de “o que diz o ordenamento jurídico?”, pergunta-se “de que lado está fulano?”.

No mesmo bar, na outra televisão, passava futebol. Um clássico qualquer. As torcidas se xingando, os comentaristas discutindo se o juiz “pipocou”, se “amarelou”, se “deu aquela apitadinha marota a favor do mandante”. Troque “árbitro” por “ministro” e você tem o noticiário do dia seguinte. A lógica é a mesma: ninguém quer um juiz, todos querem um bandeirinha do seu time. Interpretação da regra virou detalhe; o importante é o resultado que favorece a torcida organizada A ou B.

Porque o país, há muito tempo, decidiu que preferia campeões a princípios. Um campeão é uma figura mais fácil de amar ou odiar. Tem rosto, biografia, frase de efeito, meme pronto. Dá para botar em camiseta, em adesivo de carro, em bandeira de manifestação. Já o princípio é uma abstração ingrata. Não dá like, não dá ibope, não faz sucesso em corte de TikTok. Quem vai tatuar “impostoalidade”, “segurança jurídica” ou “devido processo legal” no braço?

Princípio é chato: o mesmo para todo mundo, inclusive para quem a gente detesta. E aí complica. Porque o brasileiro, romântico incurável, ama justiça desde que ela seja personalizada, feita sob medida, com sabor de revanche. Quer ver “os seus” protegidos e “os outros” exemplarmente punidos. O que nos leva, inevitavelmente, à tal “blindagem”: hoje é do STF, ontem foi do Legislativo, anteontem foi do

Executivo. Todo mundo, em algum momento, pede segredo de justiça para a própria biografia.

Repare nas conversas de WhatsApp. Já não se discute se a decisão foi coerente com a jurisprudência, mas se “ajudou” ou “atrapalhou” o projeto de poder deste ou daquele grupo. Voto vira arma. Liminar vira escudo. Entrelinhas de acordão viram munição para thread no X (que um dia já foi Twitter e talvez, um dia, volte a ser só passarinho). A técnica jurídica vira figurante; no centro do palco estão as paixões políticas e as fidelidades afetivas.

E o STF, cercado de câmeras, carros blindados, ameaças, aplausos ensurdecedores e vaias estridentes, vai se deixando contaminar pela lógica da arena. Um ministro vira ídolo pop; outro, vilão de novela. Têm fã-clube, hater-clube, dublagem em vídeo, bordão recortado e remixado em funk. O ambiente é tão saturado de paixão que a serenidade institucional parece provinciana, quase ridícula.

O mais irônico é que todos juram estar defendendo “as instituições”. Só que defendem como quem defende seu time no campeonato: vale gritar contra o juiz quando o pênalti é para o adversário e aplaudi-lo de pé quando é a favor. O mesmo gesto, a mesma regra, o mesmo artigo constitucional, mas dois pesos e duas medidas, de acordo com a camiseta que o fato veste.

Imaginem, por um instante, se a gente trocasse o jogo. Em vez de escolher campeões, assumíssemos o compromisso melancólico, porém adulto, de escolher princípios. Que chatice seria, não? Ter que aceitar que o devido processo legal vale para aquele político que você ama odiar. Ter que admitir que liberdade de expressão protege também quem diz coisas que você considera abjetas. Ter que engolir a ideia de que garantias individuais não existem para premiar culpados, mas para impedir que o Estado esmague inocentes — e, no pacote, alguns culpados escapem.

Princípios têm essa crueldade: às vezes protegem quem não “merece”, segundo o nosso critério moral do dia. Mas, se não forem assim, deixam de ser princípios e viram só preferências de ocasião, disfarçadas de grande teoria. O Brasil, que é craque em disfarces, aprendeu a vestir seus gostos do momento com toga, latinismo e citação de doutrina em nota de rodapé. Mas, no fundo, tudo se resume ao velho “para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei”.

Quando alguém acusa o STF de querer blindagem, vale a pena perguntar: orgulho de quê, exatamente, queremos que ele se blinde? De um compromisso inflexível com a Constituição? Ou da tentação de ser o grande árbitro moral da República, oscilando ao sabor das marés políticas? Do outro lado, quando as ruas exigem “supremo corajoso”, “supremo firme”, “supremo contra isso ou aquilo”, não raro

estão pedindo, com outras palavras, um campeão em toga, e não um guardião de regras que valem até quando doem.

Talvez o retrato mais fiel do nosso tempo seja essa sala de estar em que duas telas se encaram: de um lado, o jogo de futebol; do outro, a sessão do plenário. Na primeira, o comentarista discute se o juiz “interpretou demais” a regra. Na segunda, o analista político discute se o ministro “extrapolou” o texto constitucional. E as torcidas, de sofá e de rua, vibram, xingam, fazem dancinha, jogam a culpa no apito. Pouca gente lê a regra, menos gente ainda quer que ela valha para todos.

No fim da noite, a conta chega. Sempre chega. E, na comanda, está lá: idolatria a líderes, desconfiança de instituições, paixão por campeões, alergia a princípios. O país paga caro por esse cardápio afetivo: insegurança, polarização, crises em série. Mas seguimos pedindo a mesma coisa, como freguês que reclama do restaurante e volta todo sábado, fiel ao prato que o faz mal.

Quem sabe um dia, a gente descubra o charme discreto da impessoalidade. Talvez a beleza meio sem graça de um Estado que não precise de heróis, apenas de gente que compra seu papel. Um STF que não queira blindagem, porque sua força esteja justamente em ser atravessado pelo escrutínio público — não por ataques histéricos, mas por crítica séria, fundada em princípios compartilhados. Um país que, em vez de colecionar campeões, colecone regras claras, estáveis, aplicadas com teimosia quase teológica.

Até lá, continuaremos de olho nas duas telas: no campo e no plenário, à procura de alguém para chamar de nosso. E os princípios, coitados, seguirão no banco de reservas, alongando as pernas, esperando a vez de entrar em campo. Se um dia forem escalados, talvez a gente descubra que não é tão emocionante assim — mas é o tipo de jogo em que, pela primeira vez em muito tempo, o Brasil inteiro poderia ganhar.